

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.391.013 - SP (2018/0287540-1)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : NYLSON ROBERTO LIMA SANTOS
ADVOGADOS : JOÃO CARLOS CAMPANINI E OUTRO(S) - SP258168
JAIME ANTUNES OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP285204
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORE : ISO CHAITZ SCHERKERKEWITZ E OUTRO(S) - SP106675
S
DÉBORA SAMMARCO MILENA E OUTRO(S) - SP107993

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (2015). RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO ENVOLVENDO POLICIAL MILITAR. CONDUTA IMPRUDENTE. ALEGAÇÃO DE ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE NO CASO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de agravo interposto contra decisão do Tribunal do Estado de São Paulo que inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão assim ementado (e-STJ Fl. 237):

AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DANOS. Pedido julgado 'procedente. Insurgência de ambas as partes.

RECURSO DO REQUERIDO. Pretensão de exclusão de sua responsabilidade, sob o fundamento de que agiu no estrito exercício do dever legal. Inadmissibilidade. Acidente envolvendo viatura policial e micro-ônibus. Prova corroborando a culpa do condutor do veículo, que adentrou abruptamente na contramão de direção, ocasionando o acidente. Condenação do requerido ao pagamento das despesas efetuadas com o conserto do carro oficial que se impõe.

APELAÇÃO DA AUTORA. Correção monetária. Incidência a partir do efetivo prejuízo, que é a data do desembolso do valor para o conserto da viatura. Inteligência da Súmula 43 do STJ. Sentença reformada-exclusivamente nesse ponto. Recurso do requerido desprovido, provido o da requerente para

determinar a incidência da correção monetária desde o desembolso.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões de seu recurso especial, alega a parte recorrente a vulneração aos artigos 186, 188 e 927 do CC/02, e 29 do Código de Trânsito Brasileiro. Sustenta em síntese que *"Denota-se que não há responsabilidade civil e dever de reparar a ser atribuído ao recorrente, pois incorreu na hipótese de excludente de culpa, por agir em razão de sua função, e prejuízos decorrentes da função militar sem qualquer dolo ou negligência não devem ser lançados aos agentes públicos"* (e-STJ, fl 254)

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 259-261).

É o relatório.

Passo a decidir.

A irresignação não merece prosperar. Com efeito, ao analisar os fatos e as provas dos autos e concluir pela imprudência do recorrente a ensejar sua responsabilidade civil pelo acidente, o Tribunal de origem assim se manifestou (e-STJ Fls. 239/240):

"Imperioso reconhecer que o decisum vergastado no que tange, portanto, a condenação do requerido não merece retoques, eis que avaliou corretamente os elementos de fato e de direito trazidos pelos litigantes, senão vejamos:

"(...) O Código Nacional de Trânsito (Lei Federal de número 9.503/1997, artigo 29, inciso VII) prevê que as viaturas policiais, quando em serviço de urgência e desde que devidamente identificadas por dispositivos regulamentares, como alarme sonoro e de iluminação, gozam de prioridade no trânsito, o que, contudo, não desobriga seus condutores de observarem as normas de segurança, conforme enfatiza o mesmo Código (alínea "d" do mesmo artigo 29, inciso VII). E dessas normas de segurança, olvidou o réu ao invadir a contramão de direção, atingindo veículo (microônibus) que estava em sentido contrário, colocando em risco a pedestres e passageiros, além de causar avarias de grande monta na viatura. O policial militar BRUNO GUSMÃO ROCHA, que estava ao lado do réu na viatura admitiu, ao ser ouvido em Juízo, que o réu não tinha visão completa do que estava à sua frente quando realizou a manobra em questão, a demonstrar

que o réu não observou as normas de segurança no trânsito. Acerca da conduta do réu, a Polícia Militar, no procedimento administrativo que instaurou para analisar as circunstâncias do evento, considerou que o réu desrespeitou as normas de segurança que o Código Nacional de Trânsito impõe (folhas 77/79). Assim, ao contrário do que sustentou o réu, não há norma da Polícia Militar que abone sua conduta na condução da viatura policial, autorizando que se invada a contramão de direção em qualquer circunstância e situação. Há que se ter, por óbvio, cautela nesse tipo de manobra, que sempre é de risco. Agiu o réu com culpa por imprudência e sua responsabilidade civil é assim de ser reconhecida, para que se lhe imponha a condenação a reparar a autora nos prejuízos patrimoniais que suportou em razão das avarias causadas na viatura policial, avarias que estão identificadas no orçamento que à época a autora mandou produzir, e que identificam o valor dos danos. Condena-se o réu, pois, a pagar à autora a importância de R\$12.746,36 (doze mil, setecentos e quarenta e seis reais e trinta e seis centavos) " (fls. 1511152).

[...]

No mais, o apelo manejado pelo réu deixou de trazer um único argumento capaz de infirmar, de forma clara e idônea, os escorreitos fundamentos da sentença hostilizada, tampouco de demonstrar qualquer desacerto da decisão de primeiro grau." (grifo nosso)

Assim, elidir as conclusões do aresto impugnado, mormente acatando-se a tese do recorrente para afastar a responsabilidade, demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 07/STJ.

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. APLICAÇÃO DE PENALIDADE. INOBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. TRIBUNAL A QUO CONCLUI PELA CONFIGURAÇÃO DO ATO ILÍCITO. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Hipótese em que o Tribunal a quo fixou indenização por danos morais decorrente de ato ilícito praticado por agente estatal que adotou penalidade administrativa sem observar os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

2. O insurgente restringe-se a alegar genericamente ofensa aos arts. 43, 186, 188, 927 e 944, parágrafo único, do Código Civil sem, contudo, demonstrar de forma clara e fundamentada como o aresto recorrido teria violado a legislação federal apontada. Incide na espécie, por analogia, o princípio estabelecido na Súmula 284/STF.

3. É inadmissível Recurso Especial quanto à matéria (art. 381 do CPC), que não foi apreciada pelo Tribunal de origem, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios. Aplicação da Súmula 211/STJ.

4. A pretensão recursal - reconhecimento de inexistência de ato ilícito, uma vez que os agentes estatais estariam atuando sob estrito cumprimento do dever legal - esbarra no reexame dos aspectos fáticos da lide, vedado ao STJ, nos termos de sua Súmula 7.

5. Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 350.504/PI, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2013, DJe 26/09/2013).

Destarte, em razão da incidência da Súmula 7/STJ, o não conhecimento deste recurso é medida que se impõe.

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciado administrativo n. 7/STJ), impõe-se a majoração dos honorários inicialmente fixados, em atenção ao que dispõe o artigo 85, §11, do Novo Código.

No caso dos autos, a verba honorária recursal foi fixada pelo Tribunal de origem no patamar de 12% (doze por cento) sobre o valor da condenação (e-STJ, fl. 241). Destarte, a majoração dos honorários sucumbenciais para 14% (catorze por cento) sobre o valor da condenação é medida adequada ao caso.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator